

POR UM PROJETO SÓCIO ESPACIAL DE DESENVOLVIMENTO

Luiz Alexandre Gonçalves Cunha*

RESUMO

Este artigo analisa questões relacionadas a revalorização do espaço na reconstrução de uma teoria social crítica que, necessariamente, deve ser fundamentada na busca de uma ontologia do espaço, visando ressaltar a significativa importância desta questão, na definição dos rumos da existência humana em termos amplos e num projeto de desenvolvimento em particular. Pretende-se trabalhar num projeto de desenvolvimento essencialmente espacializado, que permita enriquecer as propostas alternativas ao modelo neoliberal. Para tal, parte-se de uma análise da espacialidade do capitalismo tradicional e de suas transformações atuais, para se chegar à defesa de um determinado projeto sócio-espacial de desenvolvimento, definido, preliminarmente, como uma proposta em construção.

Palavras-chave: espaço, capitalismo, desenvolvimento.

A motivação em escrever este artigo surgiu da leitura do texto de Ciro Flammarion Cardoso, publicado por esta mesma revista, com o título “Repensando a construção do espaço”. Considera-se que abordagens da temática espacial por historiadores vão resultar num enriquecimento teórico da questão. No entanto, sabe-se que a aplicação dos

*. Professor do Departamento de Geociências, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

conhecimentos daí derivados poderá, em linhas gerais, ser feita de forma diferente por historiadores e geógrafos.

É o próprio Cardoso, que levanta o problema ao afirmar que embora as reflexões que ele resume se refiram ao “presente, como sempre acontece, essas noções sobre o mundo estritamente contemporâneo não deixarão de influir poderosamente também sobre as tentativas de análise espacial aplicadas a outros períodos da história”. (CARDOSO, 1998, p.20).

O geógrafo, por outro lado, deve utilizar as mesmas reflexões na construção de suas propostas para o futuro. A visão prospectiva deve estar sempre presente nos geógrafos.

Certamente, a preocupação com o futuro não é monopólio do geógrafo, nem de nenhum outro profissional. Ela é uma questão fundamental da cidadania, destarte preocupação de qualquer cidadão.

No entanto, profissionalmente, considera-se que as reflexões dos geógrafos, sobre a contemporaneidade, devem estar centradas nas suas necessidades como planejador do espaço geográfico. Acredita-se que aí reside a identidade do geógrafo como profissional das ciências humanas e sociais. Logicamente, isso não impede que os professores de nível superior, que formam estes profissionais, sejam especialistas em outras áreas, inclusive, em geografia histórica.

Este artigo inicia-se por uma parte que visa resgatar alguns argumentos esclarecedores de posicionamentos dos autores sobre a questão do espaço, que são referências fundamentais para o texto, sobre os pós-modernos, a pós-modernidade e a convergência teórico-metodológica das ciências sociais.

São os textos de Cardoso que fornecem a temática que é analisada recorrendo-se principalmente ao trabalho de Edward Soja (SOJA, 1993). Analisa-se ainda questões relacionadas a revalorização do espaço na reconstrução de uma teoria social crítica, projeto esse que torna indispensável a busca por uma ontologia do espaço. Esta primeira parte apresenta-se sem um maior aprofundamento. Na verdade, o objetivo é ordenar coerentemente discernimentos e argumentos considerados importantes ao se buscar ressaltar a importância do espaço na definição dos rumos da existência humana em termos mais amplos e num projeto de desenvolvimento em particular.

A segunda parte trata da espacialidade do capitalismo tradicional e propõe um esboço de um quadro teórico espacializado para se analisar as transformações que se podem identificar na atual conjuntura do

sistema. A análise termina vislumbrando uma movimentação importante no sentido de se propor alternativas ao modelo econômico vigente, visto como essencialmente excludente. A esmagadora maioria das propostas são sistematicamente desespacializadas. Assim, na última parte do texto procura-se trabalhar numa proposta de desenvolvimento, essencialmente espacializada que, em grande medida, fundamenta-se nas várias iniciativas que se podem observar no atual momento. Trata-se da defesa de um projeto sócio-espacial de desenvolvimento. No Brasil, um dos que tem enfrentado de frente as questões teóricas envolvidas em tal projeto é Marcelo Lopes de SOUZA, numa linha que procura “ultrapassar a idéia de desenvolvimento etnocêntrica, conservadora, economicista e historicista”. (SOUZA, 1997, p.32).

No presente artigo, as questões teóricas que envolvem os termos sócio-espacial e desenvolvimento não são abordadas, tendo em vista que o objetivo maior do texto é apenas promover um chamamento à reflexão sobre a temática espacial.

A palavra espaço é utilizada em diversas ciências e com vários significados. Neste artigo, quando se usa a palavra espaço, refere-se ao conceito de espaço que é o objeto da Ciência Geográfica. Não é um dos objetivos deste artigo uma discussão dos diversos conceitos de espaço geográfico. Mas, apenas como uma referência, cita-se a conceituação de Milton SANTOS, de que o espaço geográfico é “o resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade”. Em outras palavras do próprio Santos: “o espaço constitui a matriz sobre a qual novas ações substituem as ações passadas. É ele, portanto, presente, porque passado e futuro”. Esta conceituação de Santos ainda se torna mais lúcida, quando ele procura diferenciar o conceito de espaço do de paisagem, afirmando que “a paisagem é o conjunto de formas que num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homens e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima”. É nesses termos que Santos resume: “espaço geográfico, um híbrido”. (SANTOS, 1997, pp. 81-85).

REAFIRMAÇÃO DO ESPAÇO NA TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Inicia-se esta parte com Edward W. SOJA e seu livro “Geografias pós-modernas” para, assim como ele, defender a necessidade de uma “reafirmção do espaço na teoria social crítica”(SOJA, 1993, p. 7) e, mais do que isso, propor idéias que possam contribuir num projeto sócio-espacial de desenvolvimento, que, “como quer que venha a se configurar, seja conscientemente espacializado desde o começo”. Tal qual SOJA defende para um projeto político de resistência pós-moderna. (SOJA, 1993, p.12-13).

Embora SOJA inclua a palavra pós-moderno no título, não se identificou o “relativismo extremo” que CARDOSO critica em alguns representantes do que ele denomina de “paradigma pós-moderno” (CARDOSO, 1997, p.14), quando afirma que, para alguns autores engajados neste paradigma, “o significado do social é visto como um texto abordado num relativismo culturalmente contextualizado, já que cada interpretação cria um novo significado e, assim sendo, ocorre uma relativização completa de todas as categorias encaradas como simples símbolos desprovidos de todo conteúdo material”. (CARDOSO, 1997, p.21).

KURZ, num artigo recente, trilha o mesmo caminho, posicionando-se contra aqueles segmentos da esquerda, classificados como pós-modernos, que abandonaram por completo qualquer preocupação teórica com aspectos econômicos do capitalismo, taxando as análises destas questões de “economismo antiquado e infrutífero, há muito ultrapassado”. (KURZ, 1998, p. 5-3).

Estes estudiosos substituem aquele economismo por um culturalismo que da mesma forma, limita a compreensão da sociedade. KURZ explicita essa tese quando afirma que entre os pós-modernos,

A crítica social refugia-se na cultura, abandonando a política, assim como antes buscara refúgio na política, abandonando a economia. A esquerda pós-moderna tornou-se sob todos os aspectos, culturalista e imagina-se, com toda a seriedade, capaz de atuar subversivamente no âmbito da arte, da cultura de massas, da mídia, e da teoria da comunicação, enquanto deixa praticamente de lado a economia capitalista e a menciona somente de passagem, com evidente enfado. (KURZ, 1998,p.5-3).

No âmbito da epistemologia, também é possível perceber, como o faz CARDOSO, que não se deve permanecer prisioneiro de uma posição dicotômica em que o “rigor formal e muitas vezes ilusório do cientificismo” seja substituído por “algo tão limitado quanto uma busca interpretativa culturalmente contextualizada, uma hermenêutica que se esgote em si mesma” (CARDOSO, 1997, p.23). Por sua vez, as ciências interessadas no destino humano, na evolução social, no “rumo civilizatório” (CUNHA, 1997), que para CARDOSO são as ciências sociais, não podem ficar “condenadas a escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência (...) nem a passar de uma ciência freqüentemente mal conduzida (...) às evanescência da desconstrução e ao império exclusivo do relativismo e da microanálise”. (CARDOSO, 1997, p.23).

Parece que não foi fácil para SOJA optar pela expressão pós-moderno, pois, segundo ele, em muitos autores ela aparece com uma carga conceitual de caráter controverso e confuso, como também com conotações díspares e mesmo depreciativas. Além disso, desconfiava da “corrida para o pós”, principalmente quando aparecia seguida de palavras terminadas em “ismo”. Mas, num determinado momento, converte-se, não sem antes explicar-se de forma esclarecedora, que encara “o período atual primordialmente como outra reestruturação ampla e profunda da modernidade, e não como uma ruptura completa e uma substituição de todo o pensamento progressista pós-iluminismo, como proclamam alguns que se autodenominam de pós-modernistas (mas a quem melhor seria descrever, provavelmente, como antimodernistas)”. (SOJA, 1993, p.12).

Nesses termos, os relativistas e culturalistas criticados por CARDOSO e KURZ como pós-modernos, são para SOJA antimodernos, porque parecem desconsiderar por completo, o paradigma científico clássico racionalista, empírico e experimental e, muitas vezes, estruturalista, algo que SOJA não faz de forma nenhuma, como fica comprovado na sua preocupação em buscar o significado do prefixo pós, indicando que ele significa “seguindo-se a” ou “depois de”, mas “não significa uma completa substituição do termo modificado”(SOJA, 1993, p. 196).

Ora, considerando esta posição, é inevitável o envolvimento de SOJA na discussão sobre a modernidade, visto que o conceito transformado ou atualizado pelo prefixo pós, no caso moderno é o fundamento para a compreensão da contemporaneidade abordada por ele. E SOJA não evita esta discussão, mas a faz centrado no seu objetivo

maior, já citado, que é tentar a “reafirmação do espaço na teoria social crítica”. Assim, ele defende que “a experiência da modernidade capta uma ampla mescla de sensibilidades, reflete os sentidos específicos e mutáveis das três dimensões mais básicas e formadoras da existência humana: o espaço, o tempo e o ser”(SOJA, 1993, p.34).

Acredita-se que SOJA ao citar o “espaço, tempo e o ser” como as “três dimensões mais básicas e formadoras da existência humana” caminha na direção de se posicionar em defesa do agrupamento teórico e metodológico das ciências humanas e sociais. Sobre isso ele é muito mais explícito em outra parte do seu livro, já citado, ao afirmar que:

Dar sentido à modernidade contemporânea, ou à pós-modernidade, se preferirem, não é algo que se possa fazer mediante ao simples anúncio da equivalência lógica e metodológica da história, da geografia e da sociologia em suas feições modernistas, e a exaltação da fecundidade de suas religiões nascentes. Todo o tecido da moderna divisão acadêmica e intelectual do trabalho que definiu, fechou reificou essas disciplinas, desde o final do século XIX precisa ser radicalmente remoldado. (SOJA, 1993, pp. 189-190).

É verdade que há tarefas muito mais amplas para serem empreendidas visando superar os impasses visíveis nas abordagens científicas, embora a questão levantada por SOJA já corresponda a um discernimento avançado e positivo. Mas há quem se dedique aos óbices mais amplos referentes ao conhecimento na tradição segmentadora, aquela que vem desde os sábios gregos.

Formados nesta tradição “alguns cientistas sociais e humanos, no afã de serem científicos, fazem tudo para esquecer os problemas filosóficos, mas eles não demoram muito a aparecer” (CUNHA, 1997, p.50). Isso porque “por detrás de questões que querem tratar objetivamente, estão velhos dilemas gnosiológicos e ontológicos frente aos quais a metodologia científica não saberá o que fazer (...)” assim, “sem uma boa aproximação do científico e do filosófico, do ontológico e do gnosiológico, do intelectual e do não-intelectual são mínimas as perspectivas de resolver alguns impasses” fundamentais do conhecimento na tradição segmentadora, a qual deve ser transformada por uma tradição harmonizadora, fundamentada na “ontognosiologia”. (CUNHA, 1997, p.70-71). Termo que CUNHA propõe e conceitua no seu livro para materializar aquelas aproximações citadas; principalmente, a que se refere ao ontológico e ao gnosiológico. Em outras palavras, ontognosiologia

poderá ser uma disciplina que estudará a ontognoscibilidade, na qual onto “refere-se aos entes em suas características essenciais”, enquanto gnoscibilidade “refere-se à interação desses entes”. (CUNHA, 1997, p.70).

Retornando-se a questão central deste artigo, recorra-se mais uma vez a SOJA ao defender que após a queda da Comuna de Paris, teria ocorrido uma “submersão (...) do espaço no pensamento social crítico”. Passou a prevalecer o “historicismo desespacializante” (SOJA, 1993, p.10-11). Só a partir da crise iniciada no final dos anos 60 e início da década de 70 é possível identificar, em alguns autores, uma revalorização do espaço como categoria fundamental na reconstrução de uma teoria social crítica com historicidade mas não historicista.

SOJA capta esta espacialidade às vezes latente, em outras vezes explícita no trabalho de alguns dos mais importantes pensadores contemporâneos como Lefèbvre, Sartre, Althusser, Foucault, Poulantzas, Giddens, Mandel, Harvey e Jameson entre outros, visando reunir material para empreender uma “luta ontológica pela restauração da espacialidade existencial significativa do ser e da consciência humana, pela composição de uma ontologia em que o espaço tenha importância desde o mais remoto começo” (SOJA, 1993, p.15). Afinal de contas, como lembra CARDOSO, “é provável que a noção de espaço tenha sido percebida pelos seres humanos antes da de tempo”. (CARDOSO, 1998, p.7).

Para discutir esta questão recorrer-se a HARVEY, quando defende que as teorias sociais não consideravam o espaço como uma categoria decisiva, porque talvez partissem de uma idéia de “existência de alguma ordem espacial preexistente na qual operam processos temporais ou que as barreiras espaciais foram reduzidas a tal ponto que tornaram o espaço um aspecto contingente, em vez de fundamental, da ação humana” (HARVEY, 1993, p.190).

Essa desconsideração com o que POULANTZAS chamou de “arcabouço material primordial” e não um simples modo de representação (SOJA, 1993, p.14), referindo-se ao espaço, vem sendo revista, como já se afirmou, por renomados estudiosos das ciências sociais, e CARDOSO justifica esta tomada de consciência afirmando que “o que teve de mudar com o tempo, ajustando-se a novas realidades, decorreu da necessidade de levar em conta as maiores complexidade, heterogeneidade e - talvez - volatilidade das construções espaciais e seus recordes possíveis neste fim de século, posto que novos fatores, anteriormente menos visíveis como

elementos decisivos, passaram a incidir com muito mais forças nestas últimas décadas”. (CARDOSO, 1998, p.22).

Comprovar a preocupação crescente com dinâmica espacial do capitalismo é possível, inclusive, entre pesquisadores brasileiros de diferentes setores acadêmicos, como por exemplo CASTRO que, ao examinar as mudanças na dinâmica regional da economia brasileira, não podia ser mais explícito, afirmando que “espacialmente, há uma nova revolução no horizonte”, que está “redesenhando a geoeconomia” do Brasil. (CASTRO, 1997, p.3-7).

Outro bom exemplo é o dado pelo arquiteto QUANDT, quando, ao tratar da reestruturação produtiva do Estado do Paraná, preocupa-se antes de tudo com a “difusão dos seus efeitos multiplicadores ao longo do espaço econômico e geográfico regional”(QUANDT, 1997, p.9). No entanto, voltando-se a uma visão mais abrangente sobre esta questão, cita-se BENKO que ao analisar o capitalismo contemporâneo e sua dinâmica espacial, concluindo que “a exploração do espaço estará de novo na origem de uma fase ascendente” do sistema. (BENKO, 1996, p.39).

É imperioso ressaltar que quando BENKO usa a palavra novo e CASTRO nova nas últimas citações acima, partem do pressuposto que em outras ocasiões o capitalismo também avançou por meio de profundas, indispensáveis e definidoras reestruturações sócio-espaciais, “anteriormente menos visíveis como elementos decisivos”, como lembrou CARDOSO, em citação anterior. A percepção que o sistema precisa para avançar de uma recoopção, em novas bases, do espaço de algumas regiões do planeta, notadamente, nos países emergentes, é o que explica o interesse crescente pelas questões espaciais.

Assim, fica claro, que as questões de coopção, recoopção e produção do espaço geográfico são muito mais do que meros reflexos de determinadas relações sociais. Devem, na verdade, ser vistos como pressupostos fundamentais que permitem a concretização das relações que se desenvolvem na sociedade. Mais uma vez é BENKO que, tratando desta questão no âmbito da geografia econômica, expressa-se de forma esclarecedora ao afirmar que “o primeiro resultado que salta os olhos é que a materialização das atividades no espaço, a paisagem econômica no sentido própria do termo, constitui a primeira das formas de regulação. Antes mesmo que o mercado, antes mesmo que a primeira transação monetária entre um fornecedor e seu cliente, entre um assalariado e seu empregador“ (BENKO, 1996, p.59). E, mais do que isso, é preciso

lembrar que antes mesmo da “materialização das atividades no espaço” ocorreu o planejamento espacial da ação, que, independente de ser público ou privado, tecnicamente sofisticado ou não, amplo ou restrito, é parte integrante da atividade econômica.

Este interesse crescente com a dinâmica espacial do capitalismo deve ter em SOJA uma referência fundamental, tendo em vista seu objetivo de tentar “espacializar a narrativa convencional”, recompondo “a história intelectual da teoria social crítica em torno da dialética evolutiva do espaço, tempo e ser social: geografia, história, e sociedade” (SOJA, 1993, p. 10), em busca de um “nexo ontológico” entre estes três elementos fundamentais da realidade, pois para ele, este nexo “conceitualmente especificado” e recebendo um sentido particular na explicação dos eventos e ocorrências concretas é a fonte geradora de todas teorias sociais, sejam elas críticas ou outras”. (SOJA, 1993, p. 35).

Defende, ainda, que essa “espacialidade ontológica” (SOJA, 1993, p.15) que situa o homem como sujeito, “de uma vez por todas, numa geografia formativa”, provoca uma reconceituação indispensável da “epistemologia, da construção teórica e da análise empírica”. (SOJA, 1993, p.15).

Mas SOJA não chega a se aventurar em, efetivamente, propor uma ontologia do espaço, algo de que segundo ele, Anthony GIDDENS chegou muito perto de conseguir no livro A Constituição da Sociedade, a partir do que SOJA chama da “generalização contextual mais fundamental sobre a espacialidade da vida social”. (SOJA, 1993, p.180).

Acredita-se que, segundo SOJA, apenas como uma referência, o trabalho citado de GIDDENS pode ser resumido pelo seguinte trecho de SOJA:

O mundo vital inteligível do ser compõe-se, sempre e em todos os lugares, de um sistema multiestratificado de regiões nodais socialmente criadas, de uma configuração de locais diferenciados e hierarquicamente organizados. As formas e funções específicas dessa estrutura espacial existencial variam significativamente no tempo e no lugar, mas, uma vez que o ser seja situado no mundo, o mundo em que ele está torna-se social, dentro de uma matriz espacial de locais estabelecidos. A estrutura topológica é mutável e permutável, mas está sempre presente para envolver e abarcar, situar e constituir toda a ação humana, e concretizar a construção da história e da geografia. (SOJA, 1993, p.180).

No Brasil, Milton SANTOS, geógrafo renomado vem conseguindo avançar muito, pelo caminho tido como fundamental para SOJA, o que se pode comprovar pelo conjunto da sua obra, mas, em especial, por um dos seus últimos livros, cujo o título é A Natureza do Espaço: técnica e tempo; razão e emoção. A primeira parte, justamente, é reservada para analisar as noções fundadoras de uma ontologia do espaço (SANTOS, 1997).

A única ressalva é que essa busca por uma ontologia do espaço não deve ser perseguida, unicamente, a partir de estudos centrados na dinâmica espacial do capitalismo. Se o que está em pauta é a “espacialidade ontológica” (SOJA, 1993, p.15) da existência humana, é preciso uma consideração com a espacialidade das sociedades e comunidades antigas e pré-capitalistas, procurando compor uma geografia histórica que resgate aquilo que ficou esquecido, pelo fluxo sequencial da narrativa histórica, ou seja, as “simultaneidades” e os “mapeamentos laterais” que possibilitam “criar modos mais criticamente reveladores de examinar a combinação de tempo e espaço, história e geografia, período e região, sucessão e simultaneidade” (SOJA, 1993, p.8).

ESPAÇO E CAPITALISMO

A análise que se desenvolve nesta parte do artigo sobre a evolução da espacialidade capitalista apresenta influências de autores clássicos como Hirschman e Braudel, como também de Milton Santos e sua “teoria dos dois circuitos da economia dos países subdesenvolvidos”, defendida no seu livro Espaço Dividido. No entanto, como o objetivo é apenas propor um quadro geral centrado na questão do espaço no capitalismo, como referência visando uma tomada de consciência com o objetivo de valorizar a questão espacial em projetos de desenvolvimento, não se aprofundar a revisão da literatura necessária a uma abordagem mais rigorosa do tema, o que, efetivamente., pretende-se fazer em futuros estudos sobre o assunto tratado neste artigo.

A espacialidade tradicional do capitalismo é aquela das concentrações espaciais do capital e do trabalho, dos desequilíbrios regionais, das migrações desterritorializantes, da degradação sócio-ambiental das periferias das cidades, do urbanismo segregador, da involução das pequenas cidades, da modernização predatória do campo, e é assentada nela que se reproduz o sistema.

Esta espacialidade foi construída a partir da industrialização e da urbanização, os quais foram os processos estruturais fundamentais da sociedade pós-industrial ou de consumo, consolidada após a Segunda Guerra Mundial, conceituada pelos autores da Escola da Regulação como aquela que se organizou pelo modelo de desenvolvimento fordista.

A racionalidade econômica capitalista tradicional revelou-se, em termos espaciais, como tipicamente concentracionista, sustentando-se numa economia de concentração. A busca do lucro, os aumentos constantes de produtividade, faturamento e as leis do mercado aplicadas a todas as instâncias sociais consolidaram-se como elementos básicos do processo de acumulação e concentração de capitais nos níveis empresariais e espaciais. Quem captou e resumiu muito bem este fenômeno foi BENKO quando defende que “a aglomeração (...) foi e continua sendo a primeira condição do mercado capitalista”. (BENKO, 1996, p.59).

A concentração espacial do capital e do trabalho resultou no crescimento significativo das grandes cidades e no esvaziamento das cidades pequenas e dos campos. O resultado foi o surgimento de aglomerações populacionais em pontos e áreas bem específicas do espaço. A lógica concentracionista manifesta-se também nos pontos de aglomeração, basicamente as cidades onde as empresas industriais, comerciais e de serviços têm seus territórios e vias. Toda esta espacialidade resulta de uma poderosa força centrípeta, desencadeada por um padrão científico, tecnológico, produtivo e organizacional, que, num primeiro momento era europeu, mas internacionaliza-se de forma decisiva, a partir do século XIX, em bases monopolistas que predominam até os dias atuais.

Esta economia de concentração vem provocando desde muito tempo problemas muito sérios, entre os quais se destaca a pauperização crescente das massas, quando se considera a extensão mundial do sistema. Hoje, no capitalismo globalizado, ou melhor, mundializado, juntam-se ao fenômeno da pauperização o da exclusão, conceito que, desde a década de 70, está no cerne de “um novo paradigma de disfuncionamento da sociedade” que passa a dominar o debate como um processo que resulta “do duplo fenômeno do desemprego estrutural, permanente e da dissolução dos vínculos sociais”. (RICUPERO, 21.02.98, p.2-2).

Por isso o desemprego estrutural vem sendo percebido como o principal problema da nossa época. Devido aos últimos e acelerados desdobramentos do modelo científico-tecnológico inaugurado na Idade Moderna, conceituado por alguns como uma nova Revolução Tecnológica e a gestão neoliberal do sistema tecno-produtivista, que provoca diminuição dos postos de trabalho disponíveis nas cidades e no campo. O mercado de trabalho elitiza-se e privilegia uma população diminuta de trabalhadores de alta qualificação e produtividade. As tarefas não-especializadas e de baixa qualificação reduzem-se significativamente. O setor terciário é o único que ainda emprega números crescente de trabalhadores, mas a manutenção dessa dinâmica não é um processo simples. Isso porque o desemprego também está ligado a causas conjunturais como nível dos juros, abertura da economia aos produtos estrangeiros, etc.

As previsões pessimistas indicam um cenário de “horror econômico” com o agravamento da exclusão, que pode resultar numa sociedade estruturada sócio-espacialmente com predomínio de uma dualidade perversa, na qual uma minoria de ricos e uma maioria de pobres estarão segregados em condomínios e favelas, em mansões e prisões, em tecnopolos e nas ruas.

Reconhece-se a gravidade dos problemas, mas se percebe, também, que os agentes sociais, sintetizados e abstraídos em capital e trabalho, adaptam-se às novas condições, ou mesmo influem na criação das novas circunstâncias.

O Estado trabalha na montagem de novas formas de regulação, caminhando na direção de um regime de acumulação flexível (HARVEY, 1993; BENKO, 1996), que vem resultando num modelo de desenvolvimento liberal-produtivista. (LIPIETZ, 1991).

O ajuste sócio-espacial, pelo lado do capital, vincula-se, predominantemente, ao processo de desconcentração industrial a partir das regiões metropolitanas, que tendem a exportar plantas industriais e permanecerem como centros de organização e gestão administrativa, tecnológica e financeira, conforme os pressupostos teóricos do conceito de “cidades globais” (SASSEN, 1993, p.187). Este processo foi muito bem compreendido por LENCIONI, ao estudar a reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo, partindo da desconcentração metropolitana. (LENCIONI, 1994, p.198).

Pelo lado do trabalho, as iniciativas são impelidas pela situação de crescente exclusão e marginalização nas cidades e no campo,

concretizando-se em alguns exemplos como a informalidade espalhada do comércio popular, pelo transporte coletivo alternativo e disperso das “bestas”, pelas lutas dos sem-teto nas cidades, pelas lutas dos sem terra no campo, movimento esse que parece ser movido, antes de tudo, por uma simples questão de buscar melhores condições de moradia, resistindo ao que a espacialidade capitalista parece reservar, predominante, a este excluídos, que é um lugar na periferia das grandes, médias e mesmo pequenas cidades, espaços que se transformaram em “cinturões vermelhos”, (de sangue) territórios da pobreza, da violência, da criminalidade e da degradação sócio-ambiental em geral.

O Estado, por sua vez, apresenta a lentidão clássica, em especial no Brasil, em perceber e compreender as mudanças, até porque elas não foram totalmente compreendidas no meio acadêmico, prevalecendo posições antagônicas e incompletas. Pretende-se, justamente, contribuir para um melhor entendimento do momento atual, através de um enfoque geográfico, que venha também enriquecer uma proposta de um projeto de desenvolvimento sócio-espacial.

Parte-se da idéia que cada fase do capitalismo desenvolveu-se a partir de uma determinada configuração sócio-espacial. O capitalismo tradicional, concorrencial e monopolista, desenvolveu-se pela lógica concentracionista, resultando numa economia de concentração. Esta economia, por sua vez, organiza-se em termos geoeconômicos voltada para os mercados amplos e densos, nacionais e internacionais. É o padrão da economia de grandes escalas, de grandes empresas, de grandes investimentos e do consumo de massa. A estrutura sócio-espacial, a movimentação sócio-política e a vida sócio-cultural carregam as marcas e, ao mesmo tempo, direcionam esta grande economia.

Defende-se que o capitalismo contemporâneo evolui num sentido que está permitindo o surgimento de uma nova economia que por muito tempo permanecerá como complementar à economia de concentração, que é a economia de dispersão. A montagem desta economia já começou há algum tempo, pelo ajuste sócio-espacial do sistema, já citado. Geoeconomicamente, esta economia é voltada em parte para mercados restritos e rarefeitos, regionais e locais. É o padrão da economia de pequenas escalas, de pequenas e micro-empresas, de pequenos investimentos, do microcrédito, dos bancos do povo, do comércio popular, dos trabalhadores por conta própria, da agricultura familiar e camponesa, do cooperativismo autêntico. Imaginar essa pequena economia como rival da grande economia é um enorme engano, pois elas

podem ser complementares. A grande economia pode melhorar com o sucesso da pequena.

Isso porque, como está evidente, a grande economia dispensa números crescentes de trabalhadores, excluindo grandes contingentes da população. Isso tende, inclusive, a ser mais dramático no campo, com o “complexo agro-industrial” perdendo espaço para o “complexo biotecnológico” que, segundo alguns, pode vir a dispensar a própria base rural na produção agropecuária (SILVA, 1996, p. 74). Assim, a pequena economia, dispersa, movida pelos mercados restritos e rarefeitos, poderia absorver uma grande parcela dos excluídos, melhorando o clássico problema da demanda, da grande economia. A população vinculada a economia de dispersão poderá integrar-se pelo consumo, só para ficarmos com a visão econômica do fenômeno. Acredita-se que as possibilidades de desenvolvimento desta economia tornará viável empreendimentos econômicos em pequenas e médias cidades como também no campo. Na verdade, trata-se da recooptação espacial de regiões marginais, num novo projeto espacial, no qual esses lugares deixem de ser os “espaços letárgicos” de que fala Milton SANTOS, citado por CARDOSO, vindos de uma “lógica pretérita” e “que incorporam muito incompletamente a modernização”, enquanto que “outras áreas passam a dispor do conteúdo técnico, científico e informacional adequado às tarefas características do novo regime de acumulação”. (CARDOSO, 1998, p. 20).

Com certeza esta recooptação espacial poderá ocorrer em um outro nível, devido aos avanços tecnológicos recentes, como o computador que “ao generalizar-se em conjunto com elementos tecnológicos como o fax, os processos digitais de armazenagem e comunicação de informações e a robótica, poderá perfeitamente tornar anacrônicas as concentrações fabris e urbanas.” (CARDOSO, 1997, p.13).

Destaco ainda, os trens de passageiros e cargas que se deslocarão à velocidade de 500 Km/h e os serviços de telecomunicações que tendem a ter seus custos reduzidos de forma fantástica, com chances de chegar quase a zero nos próximos anos. (ERCILIA, 1997, p. 5 - especial).

Recorre-se mais uma vez a SANTOS, que sintetizou, de forma precisa, estas possibilidades ao refletir sobre a dinâmica espacial do capitalismo contemporâneo, que, “hoje, graças ao fenômeno das redes e à difusão da modernidade no território, sabemos que o capital novo se difunde mais largamente, mais profundamente, e mais rapidamente, no campo do que na cidade. E nesta, o próprio meio ambiente construído

freqüentemente constitui um obstáculo à difusão dos capitais novos” (SANTOS, 1997, p.259). Para enfatizar esse aspecto, apoia-se em BENKO que, na mesma linha de argumentação, defende que uma “boa rede de transporte e de comunicação pode compensar a perda de certas vantagens de aglomeração”. (BENKO, 1996, p.63).

No momento, surge de forma acentuada alternativas de desenvolvimento social e de gestão da economia, às medidas classificadas, genericamente, como neoliberais as quais vem direcionando as reformas, projetos, programas, planos e ajustes constatados, inclusive nos países emergentes nos últimos anos. Considerando a concepção teórica defendida neste artigo esta dinâmica é determinada pelos interesses e necessidades da grande economia, vinculada a economia de concentração, voltada para os mercados amplos e densos. Evidentemente, as alternativas voltam-se para os segmentos que possuem a lógica da pequena economia, em grande parte ligada a economia de dispersão, que está em processo de formação, a qual se volta para mercados restritos e rarefeitos. MERCADANTE, em artigo recente, defende, por exemplo, o resgate do cooperativismo autêntico como forma de gerar empregos (MERCADANTE, 1998, p.2-6). Outro exemplo é a proposta de Paul SINGER, vinculada também a uma preocupação principal com o desemprego, que, num sentido amplo, corresponde a tentar o desenvolvimento de uma economia solidária, baseada, segundo o autor, em iniciativas inovadoras, revolucionárias. Defende-se que o pré-requisito importante é a atuação ativa do Estado, ajudando a viabilizar os diversos projetos (ECONOMISTAS, 1998, p.2-10). O que falta nestas propostas é uma preocupação maior com a dinâmica espacial que as envolve,

ESPAÇO E DESENVOLVIMENTO

Parte-se para captar entre jornalistas e artigos de jornais, os quais são marcados pela preocupação em identificar os eventos fundamentais da contemporaneidade, os discernimentos que se vinculam à percepção de uma nova espacialidade que se desenvolve no sistema. Nesse caso, a maior parte das afirmações recolhidas nos artigos de jornais são usadas como fontes, e não como material com conteúdo teórico-metodológico visando a fundamentação da discussão. Inicia-se a análise com a afirmação de NASSIF, de que “as novas oportunidades de investimentos estarão no interior, em novos setores, em pequenas empresas que agora

começam a emergir” (NASSIF, 1998, p.2-3). DIMESTEIN constata também que “está cada vez mais difícil de gerar emprego nos grandes centros urbanos, mesmo com crescimento econômico”. (DIMENSTEIN, 1997, p.1-20).

Ainda na mesma linha de percepção, NASSIF ao analisar aspectos relacionados a questão ecológica, defende que ela “envolve uma série de deseconomias”. Cita estudos que estimaram em 6º do PIB o “custo anual dos congestionamentos nas grandes cidades” (NASSIF, 1998, p.2-3). Sobre o mesmo problema, SAYAD ao escrever artigo sobre os custos da violência, que é um problema sério das grandes cidades, cita um estudo do Banco Internacional de Desenvolvimento que defende a tese que a “violência custa US\$ 168 bilhões na América Latina e US\$ 84 bilhões no Brasil! Dez por cento do PIB” (SAYAD, 1998, p.2-2). Ora, se considera correto, que nos países subdesenvolvidos e emergentes a violência deriva, antes de tudo, das desigualdades sociais, passa-se a entender os argumentos decisivos de KLIKSBURG, ao defender que estudos feitos a partir de cálculos econométricos estão provando que as desigualdades obstruem o crescimento econômico, o que levou a concluir que “todos esses estudos coincidem no seguinte ponto: estava errada a teoria que estabelecia que, se havia desigualdade, haveria acumulação, poupança e investimento e, depois, tudo melhoraria”. (KLIKSBURG, 1997, p.2-2).

Por tudo isso é que se considera, que é fundamental o planejamento sócio-espacial do desenvolvimento. TOLEDO, que cobriu para Folha de São Paulo, o seminário internacional “Elos de vida campo-rural”, promovido pelo programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, em Curitiba, de 10 a 13 de março de 1998, afirma que a principal conclusão do encontro é que “os limites entre os meios rural e urbano estão cada vez mais difusos. Por causa disso, os programas de desenvolvimento e combate à pobreza devem ter uma visão espacial, para que a solução de um problema na cidade não cause outro no campo” (TOLEDO, 1998, p. 3-3). Além disso, os especialistas reunidos constatam que as transformações estão ocorrendo sem a participação do Estado e fazem algumas recomendações técnicas (ou seriam políticas) para os governos, como incrementar o “uso do espaço rural para acomodar os pobres das periferias das cidades” e buscarem a “descentralização das políticas para reforçar o papel do poder local”. (TOLEDO, 1998, p. 3-3).

No que se refere à questão do “uso do espaço rural”, defende-se aqui que independente da ação dos governos alguns movimentos sociais, como por exemplo o do MST, principalmente, trazem os germes de um processo sócio-espacial mais amplo, que pode vir a ser o grande alicerce da economia de dispersão, que é a ruralização ou interiorização, em grande parte já em marcha.

São movimentos pioneiros na busca de uma nova espacialidade, diferente daquela do capitalismo tradicional. Assim como a urbanização foi um dos eixos definidores da sociedade atual, a ruralização poderá vir a ser o de uma sociedade transformada no sentido de se caminhar na busca de um novo padrão de civilização.

A ruralização não deve ser vista como um mero retorno ao campo, objetivando a reconstrução de uma nova sociedade de base agrária, com economia natural e de subsistência. Não se trata de forma nenhuma disso. Por exemplo, a estrutura metropolitana veio para ficar. No entanto, ela se reestrutura, abrindo mão de determinadas atividades socialmente produtivas, ao mesmo tempo que centraliza outras. (LENCIONI, 1994, p.198).

Ou seja, efetivamente, as metrópoles não vão deixar de manter as suas funções mais importantes ou típicas, entre elas, aquela apontada por Roberto Lobato CORRÊA que é o “controle das atividades econômicas que, criadas por empresas sediadas na metrópole, projetam-se diretamente em espaços externos a ela”. (CORRÊA, 1996, p.68).

Na verdade, a ruralização significa um movimento em direção as médias e pequenas cidades e ao campo de atividades industriais, comerciais e de serviços que antes tenderiam a se localizar nas grandes cidades. Logicamente, isto significará deslocamento de população para estes centros menores. Ora, como se trata de centros dispersos ou de áreas rurais, novas aglomerações metropolitanas estão descartadas. Neste processo acentuar-se-á a diminuição do crescimento relativo das grandes cidades, fenômeno já estudado por SANTOS (SANTOS, 1993). Os grandes movimentos estruturais que se desenvolvem na sociedade, as ações de que fala SANTOS. Ao definir o espaço geográfico, não podem ser igualados.

Assim acredita-se que, os projetos de desenvolvimento devem, então, ter programas diferenciados para as regiões metropolitanas, as pequenas, médias e grandes cidades e o campo. Além disso, devem-se considerar recortes espaciais, que resultam em regiões diferenciadas também nos níveis sócio-econômico, político-cultural e tecnológico. Isso

tudo para encontrar os projetos e propostas mais compatíveis com a área que se quer desenvolver. É preciso romper com aquilo que ficou muito evidente no Brasil, e chamou a atenção de CASTRO, levando-o a defender que no governo Collor e na primeira fase do atual governo a política econômica não apresentava nenhuma preocupação com a dimensão espacial que ficava por conta das forças do mercado. Nesse contexto, o que predominava era um verdadeiro “darwinismo espacial”, com o agravamento dos desequilíbrios regionais (CASTRO, 1997, p.04). Romper com esta omissão do Estado significa resgatar o planejamento espacial, não mais aquele tecnocrático e positivista, mas sim, o planejamento humanista e integrado à população diretamente interessada.

Em princípio vislumbra-se para aqueles “espaços letárgicos” de que fala SANTOS duas possibilidades.

A primeira relaciona-se a uma consideração mais estreita com os processos contemporâneos de competição ligado à globalização financeira, abertura comercial, formação de blocos e aumento dos investimentos das grandes empresas transnacionais. A questão tecnológica é central neste contexto. Como defende QUANDT, os avanços tecnológicos geram uma mudança paradigmática que abre uma “janela de oportunidade tecnológica”, que por sua vez permite também a abertura de uma “janela de oportunidade locacional”. Para ele “isto significa que mudanças tecnológicas radicais contribuem para criar possibilidades de participação para novos competidores e novas localidades” (QUANDT, 1997, p.16). Ainda segundo QUANDT, criam-se, então, “características territoriais”, num determinado modelo de desenvolvimento regional, que a partir das inovações tecnológicas que permitiram sua consolidação, permitem também pensá-lo pelo “conceito de sistema de inovação”. QUANDT fundamenta-se na teoria de LUNDUAL, defendida no livro National system of innovation. Essa teoria da inovação acredita que “as diferenças em configurações institucionais nos diferentes países, suas capacitações, vínculos e interações com o sistema produtivo traduzem-se nas diferenças na capacidade de inovar e promover a difusão de ”(QUANDT, 1997, p.19). O desdobramento deste modelo passa pela criação e consolidação de incubadoras tecnológicas, parques tecnológicos e tecnopolos. Para ele “os esforços para desenvolver a capacitação tecnológica e a eficiência das indústrias de uma região, sua infra-estrutura e seu suporte institucional são agora mais importantes que a exploração de vantagens comparativas estáticas”(QUANDT, 1997, p. 18).

Acredita-se que este modelo pode se tornar viável nas cidades médias que possuem universidades. Poder-se-ia começar pela criação nestas cidades de cursos de mestrado e doutorado promovidos por universidades dos grandes centros que têm uma grande concentração de doutores, com alguns deles recebendo incentivos para passar alguns anos nas cidades escolhidas. Estes professores poderiam contribuir para o desenvolvimento regional, assim como os professores estrangeiros contribuíram, no início das nossas grandes universidades, no eixo Rio-São Paulo. A partir destes cursos de pós-graduação haveria a formação de cientistas e técnicos, as pesquisas permitiriam encontrar e desenvolver as potencialidades tecnológicas e empresariais locais. Acredita-se que a tecnologia disponível nas áreas de informática e comunicações, já permitem uma certa descentralização acadêmica, que deve ser incentivada pelo Estado, melhorando bibliotecas, laboratórios e equipamentos das universidades regionais, tudo isso integrado num programa de desenvolvimento local.

Assim, o papel das universidades e do Estado no modelo de desenvolvimento fundamentado no “conceito de sistema de inovação” é imprescindível. Isso porque, como defende QUANDT, e enfatizando o que já foi citado as possibilidades de desenvolvimento de uma determinada região, neste momento de competição globalizada irá depender “da infra-estrutura de pesquisa e desenvolvimento e de transporte e telecomunicações, de instituições de apoio tecnológico e empresarial, da formação de recursos humanos, e do seu grau de desenvolvimento e diversificação industrial” (QUANDT, 1997, p.18). Em outras palavras, neste modelo o que está em jogo é uma integração competitiva com a grande economia.

A outra opção não passa por uma integração produtiva direta ou imediata com a grande economia. A integração aconteceria indiretamente via consumo. Esta alternativa relaciona-se as iniciativas propriamente populares, vinculadas no campo, principalmente, a agricultura familiar. José Graziano da SILVA, Ricardo ABRAMOVAY e Fernando Homem de MELLO, grandes especialistas de assuntos rurais, defendem por exemplo, em reportagem recente, que as atividades agrícolas e não-agrícolas podem ser combinadas nas pequenas cidades, envolvendo os pequenos agricultores. Isso poderia acontecer a partir de parcerias entre agricultores e indústrias de transformação de alimentos permitindo avanços tecnológicos e garantia de mercado. Além disso, uma outra opção é o turismo rural (ECONOMISTA, 1997, p.1-7). O MST

desenvolve também experiências interessantes nos assentamentos que devem ser consideradas, a grande maioria voltados para o cooperativismo autêntico.

Nas cidades as iniciativas populares são diversificadas. Passam pelas alternativas ao transporte coletivo tradicional, pelo comércio popular disperso dos camelôs e sacoleiras, pelo artesanato, por uma infinidade de atividades no setor de prestação de serviços. Até minibancos, por iniciativas populares estão sendo criados (MORADORES, 1998, p.3-4). Há experiências também de bancos oficiais que passam a fornecer financiamentos populares. Uma experiência interessante é o Banco Graureen, de Bangladesh, fundado por Muhammad Yunus, o qual indagado sobre as características desta experiência, afirmou que, antes de tudo, observou-se cuidadosamente como funcionam os bancos tradicionais e, então, confessa, “fizemos exatamente o contrário” (RICUPERO, 1998, p.2-2). O Estado pode ajudar muito os setores vinculados à pequena economia e, o que há de mais importante a ser feito, é conceder a estes setores a plena cidadania, substituindo a repressão por programas que objetivem a organização e consolidação destas atividades. Além de crédito, assessoria e orientação as políticas públicas para o setor deveriam incentivar as pesquisas e estudos voltados para compreender melhor a lógica, a dinâmica, e as necessidades dos setores vinculados à pequena economia, que corresponde a uma das poucas alternativas aos excluídos da grande economia a própria formação de profissionais de nível médio e superior deve ser revista, aumentando nos currículos disciplinas e conteúdos adaptados as necessidades de recursos humanos de micro e pequenas empresas e atividades não tradicionais. O Estado, assumindo a defesa dos setores alternativos, vai ao encontro da maioria da população que procura viver com dignidade, a partir dos seus empreendimentos. Quem sintetizou de forma objetiva esta questão foi RICUPERO, ao afirmar:

Não deixa de haver certa ironia em que, no momento do aparente triunfo da economia Global das gigantescas transnacionais, geradoras mais de angústia que de empregos, se assista quase ao seu contrário, ao aparecimento de modalidades inventivas de uma economia do local, do particular, do micro. E que das duas, seja esta a mais capaz de humanizar a economia, criando trabalho, oportunidades de auto-emprego, de independência, de respeito próprio. Será que é porque ela tem a escala, a dimensão do homem? (RICUPERO, 1998, p.2-2).

CUNHA, ao propor uma “teorização de uma opção planejada” do processo civilizatório chamada por ele de “endoculturação civilizatória”, afirma que, “embora o regime econômico seja um problema para a opção endoculturativa”, não se deve desistir, “porque estes valores civilizatórios precisam se impor diante de situações que absolutamente não os favoreçam justamente para mostrar a dureza do contraste entre o definitivamente inadequado ou adequado”. (CUNHA, 1997, p. 88-91).

A percepção de que a economia, tal qual organizada hoje é um entrave, é fundamental para CUNHA, tendo em vista que a endoculturação civilizatória tem como meta a “transformação do mero encontro das culturas, que é a civilização, numa permanente introjeção dos valores de uma cultura civilizatória, os quais permitam o aperfeiçoamento gradativo desta mesma civilização” (CUNHA, 1997, p.88). A defesa, que se faz de um projeto de desenvolvimento sistematicamente espacializado, visa, principalmente, superar parte dos óbices gerados pelo concentracionismo do capitalismo tradicional, por uma estrutura sócio-espacialmente mais equilibrada, acreditando que a configuração espacial da sociedade é fundamental na sua reprodução e evolução. Por isso, SOJA preocupa-se em alertar que “devemos estar cientes de como é possível fazer com que o espaço esconda de nós as conseqüências, de como as relações de poder e disciplina se inscrevem na espacialidade aparentemente inocente da vida social”, e, mais do que isso, “como as geografias humanas tornam-se repletas de política e de ideologia” (SOJA, 1993, p.13) Isso também não escapa a CORRÊA, quando constata que “no processo de produção do espaço há uma inerente dimensão política que leva a diferentes formas de controle sobre o espaço”. (CORRÊA, 1995, p.37).

Por último, os incentivos do Estado à pequena economia e aos “espaços letárgicos” não devem ter caráter paternalista. Deve-se, sim, incentivar alternativas para produtores e trabalhadores marginalizados e espaços decadentes e subutilizados, para que possam melhorar o seu desempenho produtivo gerando os recursos necessários à sua própria inserção, que, por sua vez, não deveriam ser desviados para a grande economia. Em outras palavras, defende-se que o importante é criar as condições, de forma criativa, para que, a partir do trabalho produtivo, os excluídos possam pelo menos encontrar um lugar digno no palco, mesmo que não seja ainda no centro.

ABSTRACT

This article analyses subjects related to the space revalorization in the reconstruction of a critical social theory which should be necessarily based on the search for an ontological space. We tended to remark the importance of this subject defining the human existence course in wide terms, and in a particular project of development. Our aim is to work in a development spatial project of development that allows the enrichment of alternative proposals to the neoliberal model. In order to do that we started from an analysis of the spatial dimension of the traditional capitalism, and of its current transformations to the defence of a certain social-spatial project of development, previously defined as a proposal in course of construction.

Key words: space, capitalism, development.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996, p.266.
- CARDOSO, Ciro F. *História e paradigmas rivais*. In **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus Ed. 1997, p.412.
- CARDOSO, Ciro F. *Repensando a construção do espaço*. In **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: UEPG, v. 3, nº. 1, Verão 1998.
- CASTRO, Antonio B. de..Mudanças na dinâmica regional da economia brasileira. In **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: Ipardes, v.91, Maio/ago. 1997, p.3-7.
- CORRÊA, Roberto L. Espaço, um conceito chave da geografia. In CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo. C. da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 1995. p.353.
- CORRÊA, Roberto L. Metrópole, corporações e espaço: uma introdução ao caso brasileiro. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo, C. C.; CORRÊA, Roberto, L. (Orgs.) **BRASIL: questões atuais da Reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.470.
- CUNHA, Antônio H. G. da. **Superação dos impasses filosóficos e científicos no rumo civilizatório**. Foz do Iguaçu: Pluri-Uni Ed, 1997, p.150.
- DIMENSTEIN, Gilberto. O Brasil nunca esteve tão bem. **Folha de São Paulo**, 28 dez, 1997, Mundo. p.1-20.
- ECONOMISTA, defende produção familiar. **Folha de São Paulo**, 21 abr 1997, p.1-7.

- ECONOMISTA, quer solução alternativa. **Folha de São Paulo**, 19 abr 1998. Dinheiro, p.2-10.
- ERCILIA, Maria. Tecnologia reduz o tamanho do mundo. **Folha de São Paulo**, 02 nov, Globalização- Especial. 1997, p.5
- HARVEY, Darvid. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens das mudanças Cultural**. 3 ed. São Paulo: De Loyola, 1993, p.349.
- KLIKSBERG, Bernardo. Desigualdade e crescimento econômico. **Folha de São Paulo**, 30 nov, 1997, Dinheiro. p.2-2.
- KURZ, Robert. Cultura degradada. **Folha de São Paulo**, 15 Mar, 1998, Mais p.5-3.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole descentrada. In SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994, p.198-210.
- LIPIETZ, Alain. **Audácia: uma alternativa para o século 21**. São Paulo: Nobel, 1991, p.238
- MERCADANTE, Aloizio. Uma alternativa solidária. **Folha de São Paulo**, 05 abr, 1998. Dinheiro, p. 2-6.
- MORADORES, criam minibanco em fortaleza. **Folha de São Paulo**, 11 abr, 1998, Cotidiano, p.3-4.
- NASSIF, Luis. A economia da ecologia. **Folha de São Paulo**, 12 fev, 1998, Dinheiro. p.2-3.
- NASSIF, Luís. A Ilha fiscal dos bancos de negócios. **Folha de São Paulo**, 17 mar, 1998, Dinheiro. p. 2-3.
- QUANDT, Carlos O. Inovação, competitividade e desenvolvimento regional: os desafios da reestruturação produtiva do Estado. In **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: Iparde, v.91, Maio/Ago. 1997, p. 3-7.
- RICUPERO, Rubens. O realismo do impossível. **Folha de São Paulo**, 21 fev, 1998. Dinheiro, p.2-2.
- RICUPERO, Rubens. Para um mundo sem pobreza. **Folha de São Paulo**, 07 fev, 1998, p.2-2.
- RICUPERO, Rubens. Atendendo a pedidos. **Folha de São Paulo**, 14 fev, 1998, p.2-2.
- SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 157.

- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo; Razão e Emoção**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997. p.308.
- SASSEN, Saskia. A cidade global. In LAVINAS, L.; CARLEIAL, L. e NABUCO, M. **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1993, p.187-202.
- SAYAD, João. Custos da violência. **Folha de São Paulo**, 23 mar, 1998. Negócios. p.2-2.
- SILVA, José G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996, p.193.
- SOJA, Edward W. I. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1993, p.324.
- SOUZA, Marcelo L. de. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In **Território**. Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ, n.3, jul/dez 1997, p.13-35.
- TOLEDO, José R. Cidade terá mais gente que campo em 2000. **Folha de São Paulo**, 22 mar, 1998, Cotidiano. p.3-3.

Revista de História Regional 3(2) 91-114, Inverno 1998